

# Análise Detalhada de NF-e e Oportunidades Fiscais

## 1. Resumo da NF-e

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em questão, de número 1234, foi emitida pela empresa "EMPRESA MODELO LTDA" (CNPJ 12.345.678/0001-90), que é optante pelo Regime do Simples Nacional, como indicado pelo Código de Regime Tributário (CRT) igual a "2". O destinatário da mercadoria é a "CLIENTE COMUM S.A." (CNPJ 98.765.432/0001-10).

A NF-e registra a venda de "PRODUTO EXEMPLO" no valor total de R\$ 1.000,00. Em relação aos impostos:

- ICMS:** Utiliza o Código de Situação da Operação no Simples Nacional (CSOSN) "102", que significa "Tributação sem permissão de crédito", com valor de ICMS zerado.
- PIS e COFINS:** Utilizam o Código de Situação Tributária (CST) "49", que indica "Outras operações de saída", com valores de PIS e COFINS zerados, conforme o regime do Simples Nacional.
- Informações Adicionais:** A nota inclui uma observação: "DOCUMENTO EMITIDO POR EMPRESA OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL. NAO GERA DIREITO A CREDITO FISCAL DE ICMS, IPI, PIS E COFINS. BASE LEGAL: LEI COMPLEMENTAR 123/2006."

## 2. Relevância Legal

O trecho de lei fornecido é a Lei Complementar nº 123/2006, Art. 23, que trata especificamente do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional).

Este trecho legal é **altamente relevante e diretamente aplicável** à NF-e analisada, pois a empresa emitente (EMPRESA MODELO LTDA) é optante pelo Simples Nacional (CRT=2). A lei detalha as regras de apropriação e transferência de créditos de impostos e contribuições para empresas do Simples Nacional e para seus adquirentes não optantes por este regime.

Link para a lei: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)

### 3. Trecho de Lei Chave

O trecho mais importante e aplicável da Lei Complementar nº 123/2006 é o Art. 23, §§ 1º e 2º:

"Art. 23. As microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional não farão jus à apropriação nem transferirão créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos por esse Regime, salvo as exceções previstas nesta Lei Complementar.

§ 1º As pessoas jurídicas e aquelas a elas equiparadas pela legislação tributária, não optantes pelo Simples Nacional, terão direito a crédito do ICMS, PIS e COFINS em relação às aquisições de mercadorias de microempresas ou empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, desde que a alíquota aplicável ao ICMS seja informada no documento fiscal e que os valores de PIS e COFINS sejam calculados à alíquota de 0,65% e 3,0%, respectivamente.

§ 2º Para efeito do disposto no caput, a ME ou EPP deverá informar no documento fiscal a alíquota de ICMS aplicável às suas operações, calculada conforme o Anexo I desta Lei Complementar, ou, na impossibilidade de cálculo, a alíquota presumida, conforme regulamento do Comitê Gestor do Simples Nacional."

### 4. Oportunidade de Economia/Benefício

A análise da NF-e em conjunto com a Lei Complementar nº 123/2006 revela uma **oportunidade significativa de economia fiscal para o destinatário (CLIENTE**

**COMUM S.A.)**, caso ele não seja optante pelo Simples Nacional e se enquadre nos regimes de tributação do Lucro Real ou Lucro Presumido.

**Problema Identificado:** A NF-e da "EMPRESA MODELO LTDA" utiliza o CSOSN 102 para ICMS e CST 49 para PIS/COFINS, com todos os valores de impostos zerados, e não informa a alíquota de ICMS para fins de crédito, nem alíquotas de PIS/COFINS (que, embora não obrigatórias para o Simples Nacional, facilitariam o cálculo do crédito para o adquirente). A menção "NÃO GERA DIREITO A CRÉDITO FISCAL" na informação complementar, embora correta para o emitente Simples Nacional, é enganosa para o destinatário, que *pode* ter direito a crédito.

**Dicas para Aplicação da Lei e Redução de Recolhimento (para o Destinatário - CLIENTE COMUM S.A.):**

**1. Crédito de ICMS:**

- **Ação:** O Art. 23, § 1º e § 2º, da LC 123/2006, estabelece que pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional têm direito a crédito de ICMS sobre aquisições de empresas do Simples Nacional, desde que a alíquota aplicável ao ICMS seja informada no documento fiscal. A NF-e atual **não informa essa alíquota**. O destinatário deve solicitar ao emitente que, em futuras emissões, utilize o CSOSN 101 ("Tributada pelo Simples Nacional com permissão de crédito") e/ou inclua nas informações complementares (campo <infCpl>) a alíquota de ICMS para fins de crédito, conforme apurado em sua apuração do Simples Nacional.
- **Mensuração da Economia (Exemplo):** Supondo que a alíquota de ICMS aplicável à "EMPRESA MODELO LTDA" para fins de crédito fosse de 4% (um valor comum dentro das tabelas do Simples Nacional).
  - Valor da aquisição: R\$ 1.000,00
  - Crédito de ICMS **potencialmente perdido** (R\$ 1.000,00 \* 4%): **R\$ 40,00**

## 2. Crédito de PIS e COFINS:

- **Ação:** O Art. 23, § 1º, também concede às empresas não optantes pelo Simples Nacional o direito a crédito de PIS (0,65%) e COFINS (3,0%) sobre aquisições de empresas do Simples Nacional, *desde que a mercadoria seja utilizada como insumo, para revenda, etc., e que o adquirente esteja no regime não cumulativo (Lucro Real)*. Este direito **independe da informação na nota fiscal** emitida pelo Simples Nacional, mas é fundamental que o destinatário realize o cálculo e a apropriação corretos em sua contabilidade.
- **Mensuração da Economia (Exemplo):** Assumindo que a "CLIENTE COMUM S.A." é do Lucro Real e a compra se qualifica para crédito de PIS/COFINS:
  - Crédito de PIS ( $R\$ 1.000,00 * 0,65\%$ ): **R\$ 6,50**
  - Crédito de COFINS ( $R\$ 1.000,00 * 3,00\%$ ): **R\$ 30,00**

**Economia Total Potencialmente Perdida por NF-e (para o Destinatário):** R\$ 40,00 (ICMS) + R\$ 6,50 (PIS) + R\$ 30,00 (COFINS) = **R\$ 76,50** por esta única nota fiscal.

**Impacto Anual:** Se a "CLIENTE COMUM S.A." realiza compras semanais no mesmo valor e das mesmas condições de fornecedores do Simples Nacional que não informam o crédito de ICMS e se ela não se apropria dos créditos de PIS/COFINS, a perda anual seria:  $R\$ 76,50/NF * 52 \text{ semanas} = \textbf{R\$ 3.978,00}$ .

**Recomendação Final:** A "CLIENTE COMUM S.A." deve revisar suas aquisições de fornecedores do Simples Nacional para garantir a correta apropriação de créditos fiscais. Para o ICMS, é crucial solicitar que os fornecedores do Simples Nacional informem a alíquota de ICMS para crédito na NF-e. Para PIS/COFINS, o setor contábil/fiscal do destinatário deve apurar e registrar esses créditos, mesmo que não estejam explícitos na nota. A falta de atenção a esses detalhes pode resultar em um aumento desnecessário na carga tributária da empresa.